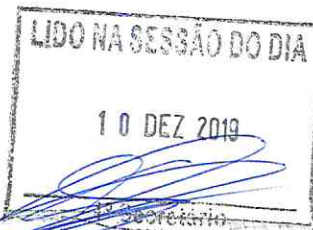




Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia  
Deputado Estadual Anderson Pereira



PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº <u>716 / 19</u>
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p><b>REQUER</b>, à Mesa Diretora que officie aos órgãos., <b>Receita Federal do Brasil – RFB</b>, Inspeção de Guajará-Mirim, <b>Marinha do Brasil – MB</b>, Agência Fluvial de Guajará-Mirim, <b>Departamento de Polícia Federal</b>, Delegacia de Guajará-Mirim, <b>Agência Nacional de Transporte Aquaviários ANTAQ</b>, Unidade Regional de Porto Velho, <b>Ministério Público Estadual – MPE</b>, Promotoria de Guajará-Mirim, <b>Ministério Público Federal – MPF</b>, Promotoria de Porto Velho, <b>Polícia Militar do Estado de Rondônia</b>, 6º Batalhão de Fronteira, Guajará-Mirim, <b>1º Unidade Especial de Segurança de Fronteira- UNESFRON</b>- Delegacia de Guajará-Mirim, <b>Polícia Civil do Estado de Rondônia</b>, Delegacia Regional de Guajará-Mirim, <b>Exército Brasileiro- EB</b>, 6º Comando de Fronteira, 6º Batalhão de Infantaria de Selva- 6º BIS, pedido de informações quanto as denúncias de práticas clandestinas na zona portuária e aduaneira em Guajará-Mirim- RO.</p> <p>O Parlamentar que subscreve, nos termos do Art. 29, XVIII e XXXVI c/c Art. 31, § 3º da Constituição Estadual e Art. 67, II c/c Art.146, IX c/c Art. 172 e c/c Art. 179 do Regimento Interno, <b>REQUER</b>, aos órgãos supracitados, quanto as denúncias feitas pelo Sindicato das Empresas de Navegação de Guajará-Mirim- SINDINAV as seguintes informações:</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia  
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<ul style="list-style-type: none"><li>• Quais as medidas tomadas para verificação das denúncias encaminhadas pelo SINDINAV?</li><li>• Quais as providências adotadas para cessar as operações irregulares e clandestinas de transporte aquaviário na zona portuária e aduaneira de Guajará-Mirim?</li><li>• Atualmente qual o tipo de fiscalização exercida para impedir o tráfego de embarcações ilegais?</li></ul> <p>Plenário das deliberações, 10 de dezembro de 2019.</p> <p><u>Anderson Pereira</u> Deputado Estadual – PROS</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia  
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Parlamentares,</p> <p>Este requerimento, com fulcro nos Art. 29, XVIII e XXXVI c/c Art. 31, § 3º da Constituição Estadual e Art. 67, II c/c Art. 146, IX c/c Art. 172 e c/c Art. 179 do Regimento Interno, busca esclarecimentos quanto as medidas tomadas para verificação e inibição dos fatos descritos nas denúncias quantos as atividades clandestinas na zona portuária e aduaneira de Guajará-Mirim.</p> <p>As denúncias realizadas pelo Sindicato das Empresas de Navegação de Guajará-Mirim- SINDINAV, sobre as atividades clandestinas são datadas de dezembro de 2016, e o até o presente momento não temos resposta das providências tomadas pelos órgãos competentes.</p> <p>No mais, ressalta-se a preocupação com a defesa dos interesses prejudicados das organizações, as percas imensuráveis diante das práticas irregulares e combate às ações criminosas como tráfico de drogas e travessia de produtos oriundos de roubo.</p> <p>Igualmente, merece destaque a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade, vejamos:</p> <p style="text-align: right;"><i>Art. 31. [...] § 3º A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas</i></p>			





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia  
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p><i>do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, <b><u>implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei</u></b>, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas. (Grifo nosso)</i></p> <p>Desta forma, ante a relevância do pleito, requer o apoio dos nobres Pares para o encaminhamento do presente Requerimento.</p> <p>Plenário das deliberações, 10 de dezembro de 2019.</p> <p><u>Anderson Pereira</u> Deputado Estadual – PROS</p>			